

CONCURSO PÚBLICO – Edital 02/2017 – Contador

1) Conforme definido no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – 6 edição), são Princípios Orçamentários, exceto:

- a) Orçamento Bruto.
- b) Legalidade, Transparência.
- c) Não vinculação (não afetação) de Receitas de Tributos.
- d) Anualidade ou Periodicidade

2) Sobre os créditos adicionais, é correto afirmar:

- a) Os créditos adicionais não utilizados em um exercício não poderão ser reabertos para o exercício seguinte, salvo se expressamente autorizados por Decreto do Poder Executivo.
- b) Nenhum dos tipos de créditos adicionais prescinde da autorização do Poder Legislativo para sua abertura.
- c) O orçamento poderá conter autorização para abertura de créditos suplementares.
- d) Créditos especiais são aqueles destinados a reforço de dotação orçamentária já existente.

3) Sobre os instrumentos de planejamento, analise as afirmações a seguir.

I Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

II A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

III A lei Orçamentária Anual compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Está(ão) **correta(s)** a(s) afirmação(ões):

- a) I – II
- b) I - II – III
- c) I – III
- d) II – III

4) Analise as assertivas abaixo, relativas ao Plano Plurianual e à Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO).

I. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual e às diretrizes orçamentárias serão aprovados por uma Comissão Mista permanente de senadores e deputados, que posteriormente as enviará para sanção presidencial.

II. A lei de diretrizes orçamentárias determinará o montante e a discriminação do orçamento de investimento das empresas estatais.

CONCURSO PÚBLICO – Edital 02/2017 – Contador

III. As diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital serão estabelecidas no Plano Plurianual de forma regionalizada.

IV. A lei das diretrizes orçamentárias conterà Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) III e IV.

5) A respeito dos créditos relacionados à dívida ativa de que tratam a Lei n. 4.320/1964, bem como seu reflexo no patrimônio do ente público, é correto afirmar, exceto:

- a) créditos que não de origem tributária podem ser inscritos em dívida ativa.
- b) os créditos não recebidos no exercício e inscritos em dívida ativa são reconhecidos como receita orçamentária somente no exercício do recebimento.
- c) quando o crédito a ser inscrito em dívida ativa estiver em moeda estrangeira, deverá ocorrer a conversão para moeda nacional na data da inscrição.
- d) no âmbito da União, a apuração e inscrição da dívida ativa devem ser realizadas pelos órgãos da administração detentores dos créditos.

6) Assinale a alternativa que apresenta uma operação cujo registro somente pode ser feito no âmbito da contabilidade pública.

- a) aprovação do orçamento
- b) cancelamento da dívida ativa
- c) suprimento de fundos
- d) emissão de debêntures

7) Quanto a Dívida Ativa da Fazenda Pública

Identifique se as afirmações abaixo são Verdadeiras (V) ou Falsas (F).

() Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública aquela definida como tributária ou não tributária na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com as alterações posteriores, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

() A Dívida ativa da União será apurada e inscrita nas procuradorias Federais, Estaduais e Municipais.

CONCURSO PÚBLICO – Edital 02/2017 – Contador

() A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, inclusive o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.

() Se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de Dívida Ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução fiscal será extinta, sem qualquer ônus para as partes.

- a) V, V, F, F.
- b) F, V, F, F.
- c) V, F, V, V.
- d) V, F, V, F.

8) Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, na contabilidade governamental, são registrados em:

- a) Créditos Fiscais Inscritos ou Dívida Ativa, incluindo os juros e as multas adicionais relativos aos tributos.
- b) Contas a Receber ou Dívida Ativa, não incluindo os juros e as multas adicionais
- c) Restos a Pagar ou Créditos Fiscais Inscritos, incluindo os juros e as multas adicionais relativos aos tributos.
- d) Créditos Fiscais Inscritos ou Obrigações.

9) O reconhecimento de juros incorridos, em conformidade com o regime de competência, referentes à dívida fundada externa gera o seguinte lançamento contábil:

- a) D - Crédito Disponível
 - C - Crédito Empenhado a Liquidar
- b) D – Controle da Disponibilidade de Recursos
 - C - Disponibilidade por Destinação de Recursos
- c) D - Juros e Encargos sobre Empréstimos e Financiamentos Obtidos
 - C - Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo
- d) D - Empréstimos e Financiamentos Concedidos
 - C - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos

10) A dívida pública, fundada ou consolidada, constituída de empréstimos e financiamentos internos ou externos, deve receber periodicamente lançamentos no sistema contábil, com o objetivo de atender às recomendações das atuais normas sobre o assunto, no que diz respeito à exata adequação monetária dessas dívidas. Nesse caso, que tipo de registro contábil está sendo mencionado?

- a) Do resgate da dívida pública.
 - b) Do resgate dos juros e encargos.
 - c) Da constituição da dívida pública.
 - d) Do ajustamento da dívida pública.
-

CONCURSO PÚBLICO – Edital 02/2017 – Contador

11) Conforme estabelecido na legislação vigente, o documento acessório à Lei de Diretrizes Orçamentárias, contendo as metas de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultado primário, é denominado:

- a) Os Serviços da Dívida a Pagar.
- b) Os Restos a Pagar quitados.
- c) plano de aplicação de recursos
- d) proposta de programação financeira

12) De acordo com a Lei 4.320/64, a Dívida Flutuante compreende, exceto:

- a) Os Serviços da Dívida a Pagar.
- b) Os Restos a Pagar quitados.
- c) Os Débitos de Tesouraria
- d) Os Depósitos

13) Compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras e serviços públicos, estamos falando da(os):

- a) Débitos de Tesouraria.
- b) Dívida Flutuante.
- c) Restos a Pagar.
- d) Dívida Fundada.

14) Em 31 de dezembro o balancete de um determinado ente federativo apresentava as seguintes contas com seus respectivos saldos, após a apuração do resultado que correspondeu a um déficit patrimonial de R\$ 10.680:

Contas	Saldo (R\$)
Bancos	60.000
Créditos Fiscais Inscritos	13.600
Créditos a Receber - Salário Família	280
Bens Móveis	36.800
Fornecedores do Exercício	31.600
Pessoal a Pagar do Exercício	10.800
Empréstimos Concedidos	36.000
Diversos Responsáveis	2.240
Depósitos de Diversas Origens	8.400
Contratos de serviços	58.400
Bens Imóveis	74.800
Encargos Sociais a recolher	9.200

CONCURSO PÚBLICO – Edital 02/2017 – Contador

Operações de Créditos por Contrato - LP	94.400
Operações de Créditos por Títulos - LP	106.000
Almoxarifado - Material de Consumo	26.000
Direitos e Obrigações contratadas	58.400

No balanço, o montante demonstrado da dívida pública flutuante era igual a

- a) R\$ 200.400.
- b) R\$ 250.000.
- d) R\$ 60.000.
- d) R\$ 260.400.

15) Um município apresentou receita corrente líquida, em 2009, no valor de R\$ 4.000.000,00, e sua dívida equivalia a 1,5 vez o valor dessa receita. A taxa de juros nominais, ao final do ano de 2010, corresponderá a 8% da dívida atual. Os gestores tentarão amortizar, em 2010, o correspondente a R\$ 540.000 da dívida.

- a) R\$ 4.500.000
- b) R\$ 4.980.000
- c) R\$ 5.378.000
- d) R\$ 5.460.000

16) A dívida fundada compreende:

- a) os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
- b) as operações de crédito para antecipação da receita orçamentária.
- c) as operações de crédito com prazo inferior a 12 meses, cujas receitas tenham constado no orçamento
- d) os depósitos cauções recebidos de terceiros.

17) De acordo com a lei 4320/1964 a demonstração contábil que demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas denomina-se:

- a) balanço patrimonial.
- b) balanço financeiro.
- c) demonstração dos fluxos de caixa.
- d) balanço orçamentário.

18) **NÃO** diz respeito às emendas que não serão admitidas no projeto de Lei de Orçamento, nos termos do artigo 33 da Lei nº 4.320/64, aquelas que visem conceder dotação

- a) para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes.

CONCURSO PÚBLICO – Edital 02/2017 – Contador

- b) para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado.
- c) e crédito para a solicitação de despesa de custeio, ainda que provada, nesse ponto, a exatidão ou não da proposta.
- d) superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

19) Acerca da Receita Corrente Líquida, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), é INCORRETO afirmar que

- a) será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.
- b) é o somatório das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes.
- c) serão deduzidos na União, para fins de cálculo da receita corrente líquida, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal.
- d) serão deduzidos apenas no âmbito da União, para fins de cálculo da receita corrente líquida, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social.

20) A LC n. 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

A respeito da LRF, assinale a afirmativa correta.

- a) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a três exercícios.
 - b) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na LDO e sempre estar acompanhada de medidas de compensação, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição
 - c) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, reduzindo o excedente em pelo menos 50% (cinquenta por cento) no primeiro.
 - d) A operação de crédito realizada com infração do disposto da Lei Complementar 101/00 será considerada nula, procedendo-se ao seu cancelamento, mediante a devolução do principal, vedados o pagamento de juros e demais encargos financeiros.
-